



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA QUADRAGÉSIMA (40ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatorze, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Quadragésima (40ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 04 de dezembro de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106, da citada Resolução,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

convidou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos, às 18h40, para *atendimento do disposto no Requerimento nº 641/2014, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri*, que solicitou a presença dos responsáveis pelo *Conselho Tutelar de Mogi Mirim*, para esclarecimentos acerca dos trabalhos e atendimentos realizados pelo conselho. Fizeram uso da palavra as *Conselheiras Leila Ferracioli Iazzetta e Célia Bernadete Machado Dal'Bó*. Posto isto, ainda com a sessão suspensa, a Câmara recebeu o munícipe *Dr. Eliezer Panunzio*, acompanhando de muitas pessoas, para entrega de abaixo-assinado, com cerca de três mil e quinhentas assinaturas, *solicitando o impeachment do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp*. O pedido foi recebido pelo Presidente da Câmara, encaminhado para protocolo, seguindo-se os trâmites dispostos no Artigo 241, do Regimento Interno. A sessão foi reaberta às 19h41. Dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Nona (19ª) Sessão Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 131, de 2014, do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre a instalação de equipamento bloqueador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água, após o hidrômetro”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 132, de 2014, do Vereador Dr. Ary Augusto dos Reis Macedo, “dando denominação à UBS Parque do Estado II de UBS Vereador José Jorge Módena”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 133, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 112/2014, datada de 05/12/2014, objeto do Ofício nº 112/2014, de igual data,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“autorizando o Poder Executivo a alienar, por doação, área de terreno de propriedade do Município de Mogi Mirim, à empresa KJ Comércio de Embalagens Ltda. ME e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 134, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 114/2014, datada de 05/12/2014, objeto do Ofício nº 114/2014, de igual data, “dispondo sobre incorporação ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, de área de terreno de propriedade de Moacyr Scardigno Prado Bittencourt”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 135, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 115/2014, datada de 05/12/2014, objeto do Ofício nº 115/2014, de igual data, “dispondo sobre as áreas de uso comum do loteamento denominado Morro Vermelho II, sua integração à categoria de bens dominiais e sobre a outorga de concessão administrativa de uso, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei Complementar nº 26, de 2014, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 113/2014, datada de 05/12/2014, objeto do Ofício nº 113/2014, de igual data, “dispondo sobre a implantação de loteamentos fechados no Município de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nºs. 112, 114, 115/2014, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 133, 134 e 135/2014 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº. 644, de 2014, do Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o solicitado no Requerimento nº 144/2011, que pediu estudos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para a substituição dos atuais semáforos, por semáforos inteligentes”; nºs 658, 659 e 668, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia do contrato firmado com a ganhadora do procedimento licitatório Carta Convite nº 12/2013”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia do laudo geológico da voçoroca, objeto de contratação do procedimento licitatório Carta Convite 015/2013” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta informações sobre o montante da dívida com as empresas que faziam o transporte escolar em Mogi Mirim”; nº 660, de 2014, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, “seja oficiada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a colocação de uma Caixa Comunitária, para atender os moradores do Jardim Floresta”; nºs 661, 662 e 667, de 2014, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe quanto à possibilidade de substituição e instalação de Descarga Sanitária Ecológica, em todas as repartições públicas e em todas as edificações comerciais a serem aprovadas no município”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o atendimento aos munícipes picados por escorpiões e responda por que o município não possuiu estoque de soro, para atender tais ocorrências” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre cursos de qualificação profissional, implantados pelo município e através do PRONATEC”; nº. 663, de 2014, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o sugerido na Indicação nº 425/2011, que solicitou recapeamento e operação ‘tapa buracos’ na malha asfáltica da Rua Dirce Agritelli, no Jardim Paulista”; nºs 664 e 665, de 2014, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe quais providências foram tomadas pela administração, relativas ao auto de infração nº 650001128, aplicado pela CETESB”; nº 666, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o sugerido na Indicação nº 493/2014, que solicitou rampa de acesso no prédio que abriga o Protocolo da Prefeitura”; nº 669, de 2014, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o sugerido na Indicação nº 540/2011, que requereu implantação de vagas, para estacionamento de motocicletas, na Rua Padre Roque, em frente à agência do Banco Caixa Econômica Federal – CEF”. Na sequência, o Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Prefeito Municipal: nº 684, de 2014, do Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, “estudos, no sentido de aumentar o tempo do semáforo, para passagem de veículos, que trafegam pela Rua Coronel Venâncio Ferreira Adorno, cruzamento com a Rua Padre José”; nº 696, de 2014, do Vereador Luís Antonio Guarnieri, sugerindo, “obras, para melhorias, na galeria de águas pluviais da Rua Linha da Penha”; nºs 697, 698 e 699, de 2014, do Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “manutenção no pavimento das Ruas do Bairro Chácaras São Francisco”, “operação ‘tapa buracos’ na Rua Dom Bosco, próximo ao nº 112, localizada no Bairro Santa Cruz” e “manutenção nas estradas vicinais MMR – 287 – Estrada do Gabrielzinho, e na MMR-176 – Rodovia do Limão”; nº 700, de 2014, do Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, “providências para recapeamento, sinalização de solo na Rodovia dos Agricultores”; nº 701, de 2014, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, sugerindo, “providências, para identificação e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

notificação de proprietário de terreno, localizado na Rua Maria Conceição C. Andrade, ao lado do nº 80, bem como a construção de muro e calçada”; nº 702, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, “providências conjuntas, com a Mesa Diretora da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, para instalação de balcão de atendimento de menor altura, digno de pessoas cadeirantes e portadoras de nanismo”; nº 703, de 2014, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, “providências conjuntas com a Mesa Diretora da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, para que, junto ao atendimento de urgência e emergência, haja estoque mínimo de soro contra picada de animais peçonhentos”; nº 704, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, sugerindo, “estudos, para minimizar problemas de trânsito na Rua Padre Roque, na região da agência da Caixa Econômica Federal”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 104 e 106, de 2014, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem João Francisco Manera, falecido em 30 de novembro de 2014” e “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com os componentes da equipe A, da Guarda Civil Municipal, pelo profissionalismo, perspicácia e coragem no atendimento de uma ocorrência, quando indivíduos de uma quadrilha, fortemente armados, praticaram roubo na agência do Banco Mercantil do Brasil S/A, em 1º de dezembro último”; nº. 105, de 2014, do Vereador Cinoê Duzo, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o atleta Matheus Henrique Bertazzoli de Souza, pela conquista do Campeonato Paulista Sênior da Maratona Aquática de dez quilômetros, realizada em Ubatuba. SP”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

820, de 2014 datados de 04 e 05 de dezembro de 2014, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimentos nºs 592, 594, 595, e 596/2014; Requerimento nº 597/2014; Requerimento nº 410 e Indicação nº 284/2014; Indicação nº 660/2014; Indicação nº 675/2014; Requerimento nº 515/2014; Requerimento nº 606/2014; Requerimento nº 296/2014; Requerimento nº 523/2014; Requerimento nº 591/2014; Requerimento nº 571/2014; Requerimento nº 593/2014; Requerimento nº 588/2014, todos desta Edilidade”; (arquivasse, após dar ciência aos Vereadores). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Salientou que a data era extremamente triste para a Câmara de Mogi Mirim, por dois motivos. O primeiro, porque a Casa tinha recebido pedido, contendo três mil e quinhentas assinaturas, munícipes que solicitavam o impeachment do Prefeito, desejavam impedir que ele continuasse a administrar Mogi Mirim. “Para mim, um momento extremamente triste, um jovem, que foi vereador, cheio de esperança e que, hoje, decepção-nos, como administrador, e isto é extremamente duro para a cidade, porque as consequências de uma má administração perdurarão pelos dez anos seguintes”, explicou. O segundo motivo de sua tristeza, o colocado pela conselheira tutelar, durante sua exposição, dados de cinco mil, oitocentos e treze casos, envolvendo jovens e crianças; mil, setecentos e quatro casos somente no ano de 2014, revelando a ausência de políticas públicas, voltadas para a juventude. A vereadora apontou o jovem prefeito como responsável, explicando que tinha existido omissão por parte dos ex-prefeitos todos, que poderiam ter investido no esporte, mas apontava o atual prefeito, porque sendo ele pessoa jovem, acreditava ele fosse investir na juventude, algo que não ocorrera. “Administrar é definir prioridades e, agora, uma situação caótica, os jovens se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sentam na Praça Rui Barbosa, bebem garrafas inteiras de gim, vodka e usam drogas; o fígado não resistirá até os quarenta anos e é esta a prestação de contas que o prefeito traz à juventude: zero em investimento públicos, zero em políticas publicas; é a triste situação dos nossos jovens, que vivem numa cidade com um orçamento perfeito para investir, e fica, então, toda a minha tristeza, também a agonia de ver o processo de impeachment sendo entregue e que, seguirá o trâmite normal”, aclarou e concluiu. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que pontuou as proposições por ela apresentadas, tais como, indicação, sugerindo estudos, para minimizar problemas de trânsito na Rua Padre Roque, na região da agência da Caixa Econômica Federal, haja vista a dificuldade de estacionamento, garagens obstruídas, trânsito pesado na via e procura do banco nos horários de pico. “Eu gostaria que o setor responsável fosse verificar, in loco, porque a população solicitante disse que já protocolou pedido junto à administração e não recebeu resposta”, explicou. Também, pedido para que o prefeito remeta cópia do laudo geológico da voçoroca, porque desejava conhecer seu inteiro teor, bem como solicitação de informações sobre o montante da dívida com as empresas, que faziam o transporte escolar em Mogi Mirim. “A questão do transporte, foi uma licitação direcionada e, atualmente, sabemos que a situação da prefeitura está tão difícil, que todos os motoristas já foram demitidos e, até agora, não receberam o que lhes era devido, sendo que já estamos no fim do ano, portanto, é preocupante e eu quero saber a verdade, porque todos têm famílias e contam com o dinheiro”, explanou e finalizou sua participação. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, para, mais uma vez, falar sobre acessibilidade. Comentou o requerimento que apresentou, reiterando indicação para instalação de rampa no Protocolo da Prefeitura, porque já tinha feito o pedido há meses e, até agora, não tinha recebido qualquer resposta. “É questão de incompetência, pois nem me responderem o motivo, portanto, vou aguardar mais um pouco e se eu não for



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atendida, vou eu mesma colocar uma rampa de madeira lá, digo que a prefeitura é órgão público e tem obrigação de ser acessível a todos”, discorreu. Com relação ao Conselho Tutelar, a vereadora do PDT parabenizou o Vereador Luiz Guarnieri pela atitude que tivera, de convidar os conselheiros para estarem na Câmara, dizendo, igualmente, que tinha sido muito bom ter escutado a conselheira Leila Iazzetta e verificado o seu trabalho e que, realmente, era preocupante a situação dos jovens em Mogi Mirim, conclamando todos a trabalharem em prol da juventude mogimiriana. A vereadora apenas fez ressalva num ponto da fala da conselheira, que havia dito de mulheres que eram mães aos dezesseis anos e usavam roupas curtas. A vereadora colocou que a culpa não estava na roupa da mulher e pediu que pessoas cessassem de falar que a culpa de estupros, violência e outras atitudes contra a mulher, estavam no comprimento da roupa feminina, acrescentando, igualmente, que a mulher devia ser respeitada com qualquer roupa que usasse. “Vemos um exemplo nas mulheres do oriente, que cobrem o corpo todo, usam burca e são violentadas do mesmo jeito, portanto, precisamos introduzir nas escolas, a educação de uma orientação sexual, ao invés de afirmar o patriarcalismo, pregando o homem como ser superior, pois é por isso, que até hoje, não temos direitos iguais”, aclarou e finalizou sua fala. Como o próximo orador inscrito, Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. O vereador falou sobre o ato da entrega do abaixo-assinado e a solicitação de impeachment do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp. Disse que o manifesto das pessoas descontentes, reivindicando o impeachment do prefeito, motivava-o a continuar na política; que o pedido de impeachment era um indicador de que a administração precisava melhorar, que pedir o impeachment tinha sido prova de coragem da população e que, estava motivado, porque a população estava se aproximando da Câmara, procurando participar nos atos dos Poderes Legislativo e Executivo. Relatou que, quando fora subprefeito, a sua motivação tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sido executar projetos, com liberdade para implantar novas ideias e mostrar seu trabalho. “Não tínhamos nada na subprefeitura, nem sala, nem computador e, com esforço próprio, conseguimos implantar tudo isso, inclusive, uma biblioteca com quatro computadores e internet gratuita, portanto, em Martim Francisco há internet gratuita para a população; resolvi fazer o replantio de espécies nas praças e usei criatividade, levando as crianças da EMEB para plantar e as plantinhas estão crescendo, portanto, necessário é criatividade, necessário é uma política, em parceria com as escolas municipais, porque a arrecadação é satisfatória e, se utilizada de forma correta, poderemos ver implantados muitos projetos, e, certamente, conseguiremos melhor qualidade de vida”, afirmou. Declarou que coisas boas para a cidade tinham que acontecer nos próximos dois anos, com investimentos em saúde e educação, e melhor organização dos serviços públicos. “Criatividade e boa vontade, fazer uma política para a cidade, voltada à população, e se o povo continuar participando da política, como vimos hoje, mudanças acontecerão e não só em Mogi Mirim, mas no Estado e no Brasil”, afirmou e encerrou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Este fez menção ao sexagésimo primeiro aniversário de sacerdócio do Monsenhor Clodoaldo de Paiva, pároco emérito da paróquia de Santa Cruz de Mogi Mirim, desejando-lhe os parabéns e muitos anos de vida consagrada. Sobre a fala da conselheira Leila Iazzetta, criticada pela Vereadora Dayane Amaro Costa, sobre mães adolescentes e roupas curtas, o Vereador do PSDB declarou ter entendido que ela dissera no sentido da falta de preparação e responsabilidade, e não na questão da vestimenta em si, e salientou que a solução para a juventude estaria na educação, investimentos em políticas públicas educacionais, e no preparo familiar. “A educação deve ser dada no lar, não na escola, a Leila tem razão em muitas coisas que disse, porque uma mãe de dezesseis anos e seu filho, é uma criança cuidando de outra criança; faltam investimentos em educação e para a juventude, por parte de todos os governos, de modo geral, porque é nato da cultura



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

brasileira não investir nos jovens e adolescentes; concordo com as palavras da vereadora, pois a juventude é carente de muitas coisas, embora esteja muito difícil também para o professor, em sala de aula, pois existem crianças indomáveis e pais que as incentivam, e vêm contra aqueles que desejam corrigi-las e mostrar-lhes o caminho correto e o Conselho Tutelar, embora tenha suas falhas, faz um bom trabalho”, aclarou e encerrou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que discursou, em nome dos funcionários do Serviço Atendimento Móvel Urgência – SAMU. Explicou que eram cento e vinte e sete funcionários do SAMU, na região do Consórcio Intermunicipal 08 de Abril, atendo as cidades de Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Estiva Gerbi e Itapira; que Mogi Mirim contava com trinta e três funcionários; que as cidades da região estavam pagando seus funcionários, em dia, menos a cidade de Mogi Mirim, que recebera tais informações do Presidente do Sindicato dos Funcionários do SAMU, Adriano da Matta, e que, os vereadores tinham que estar atentos a situação. “Nós precisamos estar atentos a isso, porque os funcionários do SAMU amam o que fazem, o atendimento à população, mas têm famílias, que sobrevivem com seus salários, e eles vieram aqui, na Câmara, pedir nosso apoio, para que recebam os salários atrasados, a fim de que, em janeiro de 2015, o pagamento esteja em dia”, afirmou. Depois comentou projeto que estava desenvolvendo com alunos da USP, voltado à recuperação das nascentes existentes no Parque das Laranjeiras, explanando que objetivavam recuperar quatro pontos de nascentes, que o projeto estava caminhando a contento e que, esta seria uma grande conquista para o Parque das Laranjeiras. Para concluir, solicitou da administração a passagem do caminhão pipa no Parque das Laranjeiras, para aplacar a poeira dos dias secos. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri que, completando a fala dos antecessores, disse que, realmente, a Câmara vivia um dia triste, haja vista que a população estava solicitando o impeachment do prefeito. Mas, por outro lado, o vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

afirmou que o fato também trazia satisfação, porque mostrava, claramente, que a população não estava dormindo, não aceitava as condições que o governo impunha, não estava quieta diante dos mandos e desmandos e, enfim, começava a tomar uma atitude, quer fosse por internet, ou pessoalmente, como fora visto, com a entrega do abaixo assinado. Salientou que, se não atingisse o objetivo, o impeachment do prefeito pelo menos o faria pensar em suas atitudes. Aclarou que a entrega do pedido tinha sido feita sem demonstração de poder, ou força, mas com educação e ordem e que, o resultado, só o futuro poderia dizer. “Mas a imagem do prefeito vai ser drasticamente arranhada, mais do que está, porque a população não aceita mais ser submissa, o povo clama justiça e quer que algo seja feito, e nós vamos acompanhar todo o processo”, destacou. Prosseguindo, falou sobre a visita dos membros do Conselho Tutelar na Câmara, afirmando que a reunião fora extremamente oportuna, em função dos dados alarmantes sobre a juventude em Mogi Mirim. Lembrou que a juventude não tinha mais comportamento na escola, agredindo verbal e fisicamente os professores, algo que se refletia, imediatamente, no processo ensino-aprendizado; que Mogi Mirim tinha uma grande distorção de ensino, porque os professores se esforçavam para ensinar, mas se sentiam impossibilitados de mudar o comportamento de seus alunos e que, o grande mal poderia estar na deficiência da estrutura familiar, porque, se não existiam limites, em casa, o professor não poderia sozinho colocar os limites na escola. “Precisamos rever o processo de ensino-aprendizagem, escolarização, que envolve a família e a comunidade, e fazer com que o prefeito tome as decisões necessárias, para fazer prevalecer a educação nos bairros mais distantes, onde não há lazer para os jovens e crianças”, destacou e concluiu sua participação. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que comentou a fala dos membros do Conselho Tutelar de Mogi Mirim. Disse que tinha muitas outras perguntas para fazer aos membros do conselho, mas que o tempo tinha sido curto e que, tinha agendado reunião, com a conselheira Leila Iazzetta,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para a semana seguinte, na sede do órgão, porque eram mais de vinte denúncias contra o conselho. “A conselheira mencionou as atuais dificuldades, casos em que pais procuram o conselho, tardiamente, quando já não há mais condições de solução para os filhos, mas isso não lhe dá o direito de atender as pessoas com rispidez e elevação de voz, porque respeito é bom e todo mundo gosta”, frisou. No tocante à fala da conselheira, em relação às jovens mães que usavam roupas curtas, o vereador aclarou que a pessoa não deveria ser condenada pelas roupas que usava. “Devemos respeitar qualquer tipo de roupa, porque uma roupa decotada não quer dizer um oferecimento, mas que a pessoa se sente bem, vestindo-se daquela forma”, pontuou. Com relação à fala do Vereador Marcos Bento A. de Godoy, sobre a internet gratuita no Distrito de Martim Francisco, o vereador confirmou a informação, mas disse que o ex-subprefeito tinha seus pecados e que eles não eram poucos. “No plantio, feito ao redor da subprefeitura, um pinheiro de longos anos foi sacrificado e a ação foi condenada pelos professores; também, na área verde das Chácaras São Francisco, um munícipe utiliza o espaço público para criar seus bois e vacas, logo, uma única pessoa pode usufruir da área pública e faz com que centenas de outros moradores não possam, portanto, quando a pessoa se dispõe a fazer algo, se não puder ajudar, não atrapalhe”, definiu. “Apenas gostaria de esclarecer, conforme mencionou a conselheira, que pedi ao Poder Legislativo que criasse leis, para proteger jovens e adolescentes, que eu sou criador de duas leis, aprovadas em 2013, logo, minha parte eu estou fazendo, e apenas creio que o Conselho Tutelar deva acolher as pessoas com um pouco mais de respeito e vou levar todas as reclamações à Presidente do Conselho, para providências, pois estou aqui, para apontar, não para crucificar; para que as pessoas possam corrigir os erros, e, desta forma, compor e fortalecer o Conselho Tutelar, que é um órgão muito importante para o município”, disse e concluiu sua participação. A seguir, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que agradeceu a aprovação do seu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

requerimento nº 660/2014, explicando que existiam doze locais no município que não tinham a entrega de correspondência. “O carteiro não chega até a rua e as pessoas se deslocam até a Agência dos Correios, o que é difícil para alguns, então, eu pedi a instalação de uma Caixa Comunitária de Correspondências na Rua Sebastião Milano Sobrinho, localizada no Jardim Planalto, onde se situa o CRAS da Prefeitura, para atender moradores do Jardim Floresta, facilitar e muito a vida dos munícipes e, se eu conseguir, serei ágil para outros locais também”, explicou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que falou sobre as suas indicações, especificamente, rogando por manutenção nas estradas vicinais MMR – 287 – Estrada do Gabrielzinho, e na MMR-176 – Rodovia do Limão, bem como reiterou pedido de solução para o problema dos pacientes do PSF Gabrielzinho que, diante do fechamento do posto, pela Defesa Civil, estavam sem atendimento médico, haja vista que o PSF mais próximo, distava dez quilômetros do bairro rural. “Ninguém vai até o PSF Piteiras, para ser atendido, portanto, peço ao Secretário de Saúde que tome uma providencia o mais rápido, porque a população rural está sem atendimento”, frisou e encerrou sua fala. Na sequência, discursou o Vereador Cinoê Duzio, que fez uma retrospectiva do Governo Gustavo Stupp. Disse que se tratava do ‘desgoverno’ de Stupp e Gérson Rossi e perguntou, sequencialmente, onde estavam os três milhões de reais em investimentos no Complexo Lavapés – Zerão; até quando o NIAS, um ‘elefante branco’, permaneceria abandonado; até quando o prefeito iria prorrogar a reinauguração do Zoológico; onde estavam os ônibus com tarifa de um real para todos; onde estavam as indústrias que o prefeito havia trazido para Mogi Mirim; onde estava a valorização dos funcionários do SAMU; criticou a venda do SAAE; perguntou por que o prefeito tinha antecipado a cobrança da CIP, que deveria se iniciar somente em janeiro de 2015; onde estava sendo empregado o dinheiro arrecadado com a cobrança antecipada da CIP; onde estava a Internet grátis, que fora promessa de campanha; onde estavam os doze



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mil atendimentos/mês do PAI, instalado na zona leste; onde estavam as verbas da Santa Casa, onde estavam as melhorias para todo o Parque das Laranjeiras e onde estava o terminal de ônibus urbano. Depois, falou sobre o pedido de impeachment do prefeito, destacando que o povo não aguentava mais o prefeito e seu vice, perguntando se era necessário desenhar tal verdade, e cobrou os vereadores da situação, que tinham pousado, para foto da imprensa, ao lado dos opositoristas, quando da entrega do pedido de impeachment, dizendo que desejava ver a mesma postura no dia da votação da proposta. “Estes foram apenas alguns pontos da retrospectiva do desgoverno de Gustavo e Gerson – os 2Gs; antes eram 3Gs - Gabriel, Gustavo e Gerson, mas um já foi embora, enquanto que os outros dois não, porque enquanto a vaquinha der leite, os 2Gs não desmamam”, falou e encerrou seu discurso. Como o próximo inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. Este colocou que não iria defender o prefeito, mas vinha, mais uma vez, fazer a defesa do Secretário de Saúde e Vice-Prefeito Gérson Rossi Júnior. Disse que o Vereador Cinoê Duzo mentia; que o SAAE não tinha sido vendido, mas privatizado; que a conta d’água não tinha sido majorada; que o Zoológico estava prestes a ser inaugurado; que metade dos três milhões de reais, para desassoreamento do lago do Complexo Lavapés, já estava na conta da Prefeitura; que fora ele, orador, quem conseguira o montante, enquanto que o Vereador Cinoê não tinha buscado sequer um centavo em verba para Mogi Mirim; que o desassoreamento começaria em janeiro; que a população não deveria acreditar no vereador, que usava da tribuna para falar mentiras em Plenário; que o vereador precisava entender que Gérson Rossi Junior era apenas secretário e não o prefeito da cidade; que era muito fácil ficar na tribuna e dizer mentiras, que ele, orador, sentia-se na obrigação de defender o vice-prefeito, porque tinham sido levantadas calúnias contra ele e que, o Vereador Cinoê era cria de Gérson Rossi Junior, no PPS. “Cara de pau”, arrematou o orador. “Quando o vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apresentar um documento, contendo relação das verbas que ele trouxe para Mogi Mirim, eu virei à tribuna, cumprimentá-lo e falar bem dele e mais: não defendo o prefeito, mas a verdade; não posso ouvir o vereador, que está pregando o terror, o terrorismo, e ficar quieto, já que oitenta por cento do que ele fala aqui é conversa mole, e não trouxe um centavo para a cidade, mas, para fazer gozação barata, ele é incomparável, porque o vereador não leva nada a sério nesta Casa, tudo é motivo para gozações por parte deste vereador”, explicou e encerrou. Não havendo mais oradores inscritos, o presidente suspendeu a Sessão às 20h59, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 125, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reestruturação do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 125/2014, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 128, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre revogação da Lei Municipal nº 4.781/09, que dispôs sobre a incorporação, ao perímetro urbano do Município de Mogi Mirim, da gleba de terra situada no Sítio São José, de propriedade da empresa LANZA TERRAPLENAGEM COMÉRCIO LTDA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, o Projeto de Lei nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

128/2014, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no § 2º, inciso I do Artigo 171 do Regimento Interno:** 3. REQUERIMENTO nº 649, de 2014, de autoria da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, “requerendo ao Chefe do Executivo a cópia, na íntegra, do processo administrativo, que levou à emissão da licença de instalação da antena de telefonia celular, no Distrito de Martim Francisco”. Para discussão a pedido do Vereador Waldemar Marcurio Filho, ele fez o uso da palavra. Explicou que havia pedido a discussão do requerimento, porque, em Martim Francisco, a questão da telefonia era um caso sério; que lá, o telefone celular não pegava de forma alguma; que a antena de telefonia não estava instalada em terras públicas, mas nas terras da família Moukarzel; que a área era particular, que o contrato havia sido celebrado entre a operadora e a família, que era a proprietária das terras, e que, mesmo depois da instalação da antena, o sistema de telefonia continuava precário no distrito. Também comentou o requerimento a Vereadora Luzia Nogueira, a autora. Falou que sabia das dificuldades de comunicação em Martim Francisco; que aprovava plenamente a instalação, pois havia necessidade da antena; que apenas solicitara ter conhecimento do processo todo, para saber se a lei tinha sido respeitada e se a administração tinha conseguido uma contrapartida, porque a lei continha exigências, tais como, a distância da antena em relação às casas, a exigência de laudo de radiação e sua fiscalização, que o Vereador Marcos Bento tinha lhe dito, que detinha toda a documentação relativa à instalação da antena e que, ela não desejava interferir em algo importante para a população, que era a antena de telefonia, mas era questão de segurança e de saber se a lei tinha sido seguida. Citado pela Vereadora Luzia Nogueira, fez uso da palavra o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. O vereador disse que compartilhava a preocupação da Vereadora Luzia; que a instalação da antena tinha sido pedido seu, enquanto subprefeito de Martim Francisco; que a Operadora Vivo tinha desejado colocar a torre da antena num terreno, em área



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

residencial, e ele não permitira; que tinham procurado local seguro, distante cem metros do rio, onde não havia casas próximas; que a instalação fora feita, baseada em laudos do Setor de Meio Ambiente, da Secretaria Jurídica, Vigilância Sanitária e todos os trâmites da legislação; que estava tranquilo com a questão da torre; que a vereadora poderia constatar, in loco, que a antena estava num local propício, a fim de seu alcance atingir também as Chácaras São Francisco, Martim Francisco, o início da Rodovia Franco Montoro e até a Usina Esmeralda, e que, a instalação coubera à Operadora Vivo, mas todas as outras concessionárias utilizavam a mesma antena; (colocado a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Requerimento nº 649/2014, da Vereadora Luzia c. C. Nogueira); (oficie-se como requer); 4. REQUERIMENTO nº 653, de 2014, de autoria do Vereador Luis Roberto Tavares, “requerendo à Secretaria de Mobilidade Urbana e Planejamento, estudos para instalação de dispositivo de redução de velocidade e ponto de ônibus, nas proximidades da Associação da Pessoa com Deficiência de Mogi Mirim”. Para discussão a pedido da Vereadora Daniela Dalben Mota. A vereadora do SDD fez uso da palavra, explanando que, há quinze dias, tinha anunciado, em tribuna, que fizera contato com o Presidente da Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência e que, este, tinha-lhe solicitado o ponto de ônibus e ela afirmara a todos que tomaria as providências. Disse que tal tipo de solicitação deveria ser apresentada na forma de indicação, conforme rezava o Regimento Interno, e não na forma de requerimento. “O importante é que o ponto seja implantado, mas este tipo de expediente virou rotina, na Casa, pois é como o Vereador Osvaldo disse na sessão passada, indicações que são apresentadas como requerimentos, porque as indicações não são lidas em voz alta, no Plenário, mas os requerimentos sim, portanto, não é questão do ponto de ônibus em si, ou sobre a associação, mas sim, a necessidade de rever tal modo de operação e de se respeitar o Regimento Interno”, definiu e concluiu sua participação. Para responder, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, dizendo que ele



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próprio já tinha reclamado da mesma situação. Trouxe à baila o assunto da jornada de 30 Horas para enfermeiras e auxiliares, causa que apoiava, e parafraseou a fala da Vereadora Daniela, quando, no passado, ela apresentara requerimento de igual teor ao seu, afirmando, então, que a questão não era quem tinha feito, ou deixado de fazer, mas sim, quem seria o beneficiado, no caso atual, os deficientes. “Estive na associação, falei com o presidente, falei com a sua esposa, Dona Vera, e o pedido que fiz não é apenas para um ponto de ônibus, mas para uma lombada também, para garantir mais segurança; neste ano, fiz uma moção e os Vereadores Cinoê e Dayane fizeram moções iguais a minha, conversamos e fizemos a moção única, em conjunto, porque a causa não somos nós, a causa é nobre”, aclarou. “Já se passaram quinze dias e o requerimento não foi para frente, embora eu já tenha conversado com a secretária sobre a questão da lombada; temos o protocolo preliminar e nele não consta nada deste assunto, como sendo de autoria de outro vereador nos últimos vinte dias, e eu lamento a demora na votação e trâmite do meu requerimento, lembrando que, da próxima vez, basta me procurar, antes da sessão, para conversarmos, portanto, peço a aprovação do meu requerimento, para continuar meu trabalho”, comentou e encerrou sua fala. Igualmente, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. Este também se reportou à fala do Vereador Osvaldo Quaglio, dita em sessão passada, a respeito de sugestões, que deveriam ser encaminhadas como indicações, mas eram apresentadas, por alguns vereadores, como requerimentos. “Eu quero pegar o gancho da semana passada, do que disse o Vereador Osvaldo, porque o verbo é atropelar; mudam uma letra no texto, para a indicação entrar para leitura, como se fosse um requerimento, e o resultado é que complica a situação do vereador”, explanou. “Em consideração aos vereadores, precisamos ficar alerta, porque entre os assessores, muitos recorrem a tal expediente, com segundas intenções, justamente, para acontecer o que está ocorrendo, portanto, um atropelo, e eu peço que votem contra este requerimento, pelas explicações já



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

concedidas pelo Vereador Osvaldo, em sessão passada”, pontuou e concluiu. Assumiu a tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Declarou que a matéria, em si, era interessante, mas confirmava que se tratava de uma indicação, apresentada como requerimento. Explicou que, na sessão passada, tinha discursado, apontando que várias indicações eram apresentadas como requerimentos, pelos seus autores, os quais burlavam o Regimento Interno, para que as sugestões fossem lidas em Plenário. Colocou que havia necessidade de uma melhor triagem das proposituras; que trinta por cento dos requerimentos, apresentados na data, eram indicações; que a questão era política, que a matéria, embora fosse relevante, não era objeto de requerimento, mas assunto para indicação, e que, se os vereadores começassem a votar contra tais proposituras disfarçadas, ele acreditava pudessem inibir este tipo de conduta. O Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, afirmou que, para acabar com o problema, bastava fossem seguidos a Portaria nº 02/2013, de 11 de janeiro de 2013, e o Regimento Interno; (submetido a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Casa rejeitou, por treze (13) votos contrários a três (03) votos favoráveis, o Requerimento nº 653/2014, do Vereador Luís Roberto Tavares); (arquive-se); **“ex-vi” do disposto no § 2º, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 5. PARECER Nº 96/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete mensal da receita e da despesa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “relativo ao mês de Agosto/2014”. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, registrando o seu voto contrário ao Parecer nº 96/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por nove (09) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, Parecer nº 96/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquive-se); 6. PARECER Nº 95/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete mensal da receita e da despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, “relativo ao mês de Setembro/104”. Para discutir a matéria, fez uso da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

palavra o Vereador Cinoê Duzo, registrando o seu voto contrário ao Parecer nº 95/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por onze (11) votos favoráveis a cinco (05) votos contrários, Parecer nº 95/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquive-se); 7. PARECER Nº 98/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete mensal da receita e da despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, “relativo ao mês de Outubro/2014”; (submetido a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por doze (12) votos favoráveis a quatro (04) votos contrários, Parecer nº 98/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquive-se); 8. PARECER Nº 97/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete mensal da receita e da despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “relativo ao mês de Outubro/2104”; (colocado a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Parecer nº 97/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento); (arquive-se); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 9. Projeto de Lei nº 122, de 2014, de autoria do Vereador Luis Roberto Tavares, “dando denominação à Rua 06, do Residencial Jardim Tainá, de RUA LUIZ CARLOS LAURINDO – Melinho”; (posto a votos em sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 122/2014, do Vereador Luis Roberto Tavares); (à sanção do Prefeito Municipal); 10. Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “estabelecendo valores de adicional de periculosidade à categoria profissional, ocupantes do emprego de Porteiro/Atendente, no âmbito do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE)”; (colocado a votos em sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei Complementar nº 25/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 11. Projeto de Lei nº 116, de 2014, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “dispondo sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições financeiras, localizadas no Município de Mogi Mirim”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finança e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o autor, Vereador Laércio Pires, solicitando aprovação unânime da sua propositura. Também fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, discursando. “Nós não temos que ver o lado pessoal, quando há um projeto em prol da comunidade; nós não temos que ter rivalidades, por menores que sejam, mas preservar a qualidade de vida dos moradores de nossa cidade, portanto, eu votarei favoravelmente à população de Mogi Mirim, não pensando em inimizades, porque temos que ver o bem e a segurança da cidade, logo, a seriedade deste projeto está acima de qualquer suspeita pessoal e eu me coloco à disposição da população mogimiriana, votando favorável a este projeto”, destacou e finalizou; (submetido a votos em sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unânime, o Projeto de Lei nº 116/2014, do Vereador Laércio Rocha Pires); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser aprovado em Segundo (2º) Turno); 12. Projeto de Lei nº 123, de 2014, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “dando denominação à Rua Projetada nº 03, localizada no Residencial Vila Toscana, de RUA JOSÉ UVEDA MARTINS”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unânime, o Projeto de Lei nº 123/2014, do Vereador Laércio Rocha Pires); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser votado em Segundo (2º) Turno); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 13. Projeto de Lei Complementar nº 20, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “alterando a Lei Complementar nº 206/2006, que dispôs sobre a reorganização administrativa e a reestruturação do quadro de pessoal, com plano de empregos, carreira e salários do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim”. Parecer e emenda da Comissão de Justiça e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Redação e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento; (submetido a votos em sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, o Projeto de Lei Complementar nº 20/2014, do Prefeito de Mogi Mirim e emenda); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser votado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como a primeira inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse do uso da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Cinoê Duzo. Desejou registrar as vaias que o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp recebeu, em praça pública, durante a apresentação de Natal das crianças da rede pública de ensino. “Um momento muito triste em Mogi Mirim, o prefeito sendo vaiado em praça pública, numa cerimônia oficial, e o detalhe preocupante – foi vaiado pelas crianças!”, frisou. Esclareceu que a crianças das escolas municipais haviam externado um sentimento verdadeiro, de insatisfação com o trabalho do prefeito, porque o prefeito estava fazendo um trabalho horroroso, principalmente, na área da educação. “Penso que as crianças exerceram a expressão da comunicação, a democracia; foram vaias de pessoas puras – as crianças”, sublinhou. Para finalizar, sobre diferenças pessoais, citou Leonardo da Vinci, dizendo: “o ódio revela muita coisa, que permanece oculta ao amor”. Fez uso da palavra, na sequência, a Vereadora Dayane Amaro Costa, que falou sobre suas proposituras, especialmente, a sugestão de um balcão mais baixo, visando facilitar o atendimento das pessoas com deficiência na Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim. “Aproveitando o gancho da acessibilidade, quero solicitar ao Presidente da Câmara que viabilize um intérprete de Libras, porque eu acreditava o procurador estivesse tomando providências, mas já faz certo tempo, e não podemos ficar sem o intérprete, para que a pessoa com deficiência auditiva não fique sem acesso,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

portanto, reitero o pedido de um intérprete de Libras, acompanhando nossas sessões”, colocou e encerrou participação. Como os próximos oradores, Vereadores Marcos Bento Alves de Godoy e Osvaldo Aparecido Quaglio, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o nobre edil Luís Roberto Tavares. Este pediu agilidade da Comissão de Justiça e Redação, para que o Projeto de Lei nº 131/2014, de sua autoria, dispondo sobre a instalação de equipamento bloqueador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água, após o hidrômetro, fosse apreciado já na próxima sessão, haja vista que o projeto vinha para resolver o problema de todos os que recebiam cobranças altíssimas, em suas contas d’água. “Conto com a colaboração e todos”, destacou e concluiu. O próximo orador, Vereador Luiz Antonio Guarnieri, desistiu da palavra. A seguir, fez uso da tribuna o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, para registrar a presença, nas galerias, do ex-presidente da Câmara, Albino Bino Peres de Barros, esposo da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Sua presença é muito gratificante para nós, pois detém larga experiência política”, declarou. Como o Vereador Jorge Setoguchi, inscrito, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que retornou para comentar o pedido de impeachment do Prefeito Luís Gustavo Stupp. Falou que a população comparecera na Casa, de modo ordeiro, pois estavam numa democracia e ela tinha sido respeitada; que parabenizava o movimento; que esperava o movimento servisse para chamar atenção ao fato de que, a administração não estava a contento dos anseios da população, tampouco das pessoas que tinham elegido o prefeito; que ficava triste com o fato do prefeito não se deixar encontrar, que ele, enquanto prefeito, nunca estivera presente na Câmara, e que, na Câmara, só compareciam os seus representantes, assessores do gabinete, para acompanhar os interesses do Executivo. Salientou, inclusive, que o prefeito havia desrespeitado a Câmara, quando mandara um projeto, articulado por ele e pelo Presidente da Câmara, de cessão de parte do Gabinete do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Executivo, para reforma da sede do Poder Legislativo, projeto aprovado por todos, mas que não tinha vingado e, tampouco, tinha sido cancelado, levando a um grande incômodo, haja vista que a Câmara detinha a área, mas não podia utilizá-la, sofrendo uma nítida interferência no seu caminhar. “No dia 15 próximo, votaremos o novo presidente e eu espero que cada um pense e com responsabilidade, porque o eleito deve seguir o Regimento Interno, em primeiro lugar; vamos pensar e muito, votar com consciência”, frisou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos santos, que comentou sobre seu requerimento a respeito do PRONATEC. “Estive conversando com proprietários de empresas e uma das dificuldades que eles apontam é em relação à mão de obra qualificada, por isso, fiz o requerimento, para saber informações de como a prefeitura está tratando a questão do PRONATEC, pois, em Mogi Guaçu, o programa está funcionando muito bem, mas, em Mogi Mirim, nada sabemos e são cursos importantes, logo, a prefeitura precisa provê-los”, aclarou. Também comentou solicitação de estoque de soro, contra escorpiões, para atender ocorrências de emergências e urgências no município. “Fui chamado no Bairro Santa Clara, na Rua José Mathias, para constatar uma infestação de escorpiões, e isso é algo preocupante, porque o escorpião não morre com veneno, são necessárias medidas outras, tais como, eliminar sua alimentação e sua moradia, e, haja vista tal preocupação, eu fiz o requerimento, pedindo o mínimo de soro no estoque, para emergências e urgências, a fim de que não seja necessário buscá-lo em Mogi Guaçu, como já aconteceu”, sublinhou e encerrou sua participação. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que fez um discurso crítico sobre um vereador. Disse que o nobre vereador precisava deixar de ser irônico, acabar com ódio, acabar com suas brincadeiras, ir atrás de algo bom para a cidade, apresentar projetos, dirigir-se aos bairros periféricos, propor um abaixo-assinado de coisas necessárias. “É o que falta para alguns vereadores, porque é fácil sentar o bumbum na cadeira, fazer nada, e, nas segundas-



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

feiras, usar da tribuna para falar inverdades; temos obrigação de fiscalizar, mas o vereador precisa deixar de ser mentiroso; precisa buscar recursos, para melhorar a situação do Jardim Planalto, do Parque das Laranjeiras, do Jardim Floresta, porque o povo quer a presença do vereador lá no bairro; aqui, o vereador é só pancada, e argumento sem fundamento, quando deveria levar uma mensagem boa, positiva, para a população; temos que ter compromissos e postura de vereador, de Tiriricas estamos fartos; temos que ter seriedade, vestir a camisa, fazer a cidade caminhar; o prefeito está com o pé de meia feito, portanto, nós temos que procurar ajudar a população, achar um caminho, trazer dinheiro para a saúde”, explanou. Para encerrar, mencionou o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, único a ter votado contra pedido de formação de Comissão Especial, para o denominado caso ‘Jingle Bells’, de superfaturamento de árvores de lâmpadas leds, decoração de Natal, afirmando que o vereador tinha sido o único a acreditar no Vice-Presidente da Associação Comercial de Mogi Mirim – ACIMM, Sr. José Barbosa, e que, os demais vereadores, inclusive ele, orador, haviam praticado uma injustiça, haja vista que a CPI era desnecessária. “Temos que ter muito cuidado, com o que votamos aqui”, salientou, finalizando. Não havendo mais Vereadores inscritos, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à **“TRIBUNA LIVRE”**. Deu ciência à Casa da existência de orador, regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o *Senhor Jacinto Cardoso, que na ocasião versou sobre a Santa Casa, o Catálogo Contínuo e Vila Champion*, e cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição, nos arquivos da Casa, por trinta dias. Para a “Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, suspendeu a Sessão às 22h12, para reabri-la, posteriormente, às 22h29. Como não houvesse mais oradores inscritos, para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do *Senhor João Francisco Manera*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h31, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM